



Jonas Pereira/Agência Senado



"Tudo que for convergente será pautado, sobretudo o que está pronto para votação", afirma Renan (3º à dir.), ao lado dos ministros Levy (C) e Barbosa (4º à esq.), que apontaram a afinidade da agenda com o país

Votação de projetos da Agenda Brasil começa semana que vem

Propostas para retomada do crescimento foram debatidas ontem por Renan Calheiros e 37 outros senadores com os ministros Levy e Barbosa

No encontro ocorrido na Presidência do Senado, novos itens foram acrescentados à pauta. Também ficou definido que o último projeto do ajuste fiscal do governo, que reonera a folha de pagamento

de vários setores, deve ser analisado logo, abrindo caminho para a votação da agenda. O presidente do Senado, Renan Calheiros, quer incluir a Câmara dos Deputados nas discussões. A Agenda Brasil, apresentada

por Renan na última segunda-feira, reúne propostas em três eixos: melhoria do ambiente de negócios, equilíbrio fiscal e proteção social. Senadores da oposição disseram que o encontro de ontem não trouxe novidades. **3**

Debatedores defendem selo em produto transgênico **11**

Novo fundo para segurança vai à análise do Plenário **9**

Relator apresenta texto sobre controle de estatais **7**

Congresso instala comissões para análise de 4 MPs **5**

Ferraço assume relatoria de proposta sobre Petrobras **7**

Dilma ganha mais 15 dias para explicar contas de 2014

O Tribunal de Contas da União atendeu pedido de comissão do Senado e prorrogou prazo para o governo esclarecer supostas irregularidades encontradas nas informações de contabilidade. **4**

Colegiado adia para terça-feira votação de reforma política

Projeto aprovado por deputados precisa de mais tempo para ser analisado, segundo o senador Jorge Viana. O PSOL quer preparar uma alternativa a trecho sobre debates de candidatas na TV. **5**

Congresso presta homenagem à Marcha das Margaridas

Em sessão do Congresso em homenagem à Marcha das Margaridas, movimento de mulheres camponesas, uma militante pediu que deputados e senadores rejeitem alguns projetos em análise no Legislativo, como o que amplia a terceirização no mercado de trabalho, o que criminaliza o aborto eugênico e o que desobriga a Petrobras de participar de todos os consórcios de exploração de petróleo. **2**



Geraldo Magela/Agência Senado

Vanessa Grazziotin (de azul) recebe integrantes da marcha na sessão solene



O senador Edison Lobão (C) conduz a audiência sobre a bioprótese

Médicos pedem que SUS ofereça terapia cardíaca alternativa

Em audiência, especialistas disseram que a rede pública precisa oferecer aos idosos cardíacos a bioprótese valvar aórtica. Por causa da idade, muitos

desses doentes não podem se submeter à cirurgia convencional, que abre o peito. O governo, porém, alega que a bioprótese é cara demais. **12**

Jogos Mundiais vão receber 2 mil índios no Tocantins **8**

Assessora dos EUA vê avanço na proteção de deficientes no Brasil **8**

Em sessão solene no Congresso, representante do movimento de mulheres camponesas pediu a deputados e senadores que rejeitem criminalização de aborto eugênico e ampliação da terceirização

Marcha das Margaridas pede derrubada de projetos

EM NOME DA Marcha das Margaridas, a sindicalista Carmen Foro manifestou ontem rejeição a vários projetos que tramitam no Senado e na Câmara. Falando em sessão do Congresso que homenageou a marcha, ela citou, entre outros, o projeto que criminaliza o aborto eugênico (PL 1.459/2003) — de fetos com anomalia grave ou incurável —, mesmo no caso de anencéfalos, e o que amplia as possibilidades de terceirização no mercado de trabalho (PL 4.330/2004).

Proposta pelo deputado Odorico Monteiro (PT-CE), a sessão solene foi presidida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), para quem a luta das trabalhadoras rurais “é também uma luta de todas as mulheres brasileiras por uma sociedade mais justa”. Odorico criticou a “agenda conservadora” do Congresso.

Odorico, Carmen e a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) coincidiram nas críticas a projetos que, disseram, reforçam a ofensiva a direitos historicamente constituídos dos trabalhadores. Entre eles, citaram a regulamentação da Emenda Constitucional 81/2014, que permite a expropriação e destinação à reforma agrária de terras onde se pratica o trabalho escravo.

De acordo com Fátima e Odorico, a proposta que vem sendo defendida por setores



Trabalhadoras rurais participam em Brasília da Marcha das Margaridas

mais conservadores visa retirar do conceito de trabalho escravo a “jornada exaustiva” e “as condições degradantes de trabalho”. Apenas o trabalho forçado seria considerado análogo ao escravo, o que, na avaliação dos dois parlamentares e da sindicalista, significa enorme retrocesso.

Foi alvo de críticas de Fátima e Carmen o PLS 131/2015, de José Serra (PSDB-SP), que desobriga a Petrobras a ter participação nos consórcios de exploração de petróleo, alterando a Lei 12.351/2010.

Fátima disse que colocar-se contra o projeto significa cuidar do presente e do futuro das crianças, porque “os recursos do pré-sal que devem ir para a educação são fundamentais, principalmente neste momento em que nós temos o desafio de realizar as metas do novo Plano Nacional de Educação”.

Também foi alvo de críticas

de quase todos os oradores da sessão solene a PEC 171/1993, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. Odorico considerou a aprovação dessa proposta na Câmara “uma clara derrota para o Brasil, a juventude e os direitos humanos”.

Simone Tebet (PMDB-MS) citou pesquisa do DataSenado mostrando que 20% das mulheres brasileiras já sofreram agressões, a maior parte dentro dos seus próprios lares.

A senadora, que é presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, lamentou que o Brasil seja considerado, “vergonhosamente”, o sétimo país mais violento em relação às mulheres entre todas as nações pesquisadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com Simone, quanto menor o grau de instrução da mulher, maior é a situação a que ela se submete à violência.

Movimento de camponesas não é golpista, diz Humberto

Ao saudar a Marcha das Margaridas, o líder do PT, Humberto Costa (PE), afirmou que o movimento está em Brasília para manifestar insatisfações com o governo. Ele ressaltou, no entanto, que a insatisfação não se confunde com golpismo.

O senador disse que outras manifestações ocorrerão em todo o país, como o protesto nacional marcado para domingo, organizado pela oposição. Na quinta, movimentos em defesa da democracia e contrários ao que classificou de retrocesso conservador irão às ruas, para repudiar “tentativas golpistas e propostas ilegais”.

— Todas as insatisfações devem ser externadas de maneira ordeira e legal, como exige nossa democracia.



Genivaldo Magalhães/Agência Senado

Viana: governo tem muito a aprender com militantes sociais

Jorge Viana (PT-AC) saudou a Marcha das Margaridas e lembrou que o movimento começou em 2000 e já obteve várias conquistas, como o reconhecimento da mulher como beneficiária de programas de reforma agrária, benefícios sociais e financiamento agrícola.

Ele disse que antes as mulheres não eram beneficiárias e que a realidade só mudou porque o movimento “foi ouvido pelos governos do PT”:

— O governo federal, os governos estaduais e as prefeituras têm muito a aprender com os movimentos sociais, porque eles trazem pautas que são modernas, atualizadas, como a busca da sustentabilidade na agricultura e as políticas sociais. Tomara que essa maneira de reivindicar, essa maneira de melhorar o Brasil, que vem do exemplo das margaridas, possa tocar a elite brasileira.

Para Marta, Brasil já não tolera violência contra mulheres

A sexta pesquisa do DataSenado sobre a violência contra as mulheres, feita em junho e julho, levou Marta Suplicy (sem partido-SP) a lamentar o aumento da insegurança e do medo que as mulheres têm de sofrer algum tipo de violência.

A pesquisa revelou que 63% das entrevistadas acreditam que a violência contra as mulheres está aumentando. Para a senadora, o aumento dos casos de violência pode ter uma explicação nova. Segundo ela, uma agressão que antes era considerada normal hoje não é mais tolerada, o que pode gerar o aumento do número de denúncias.

A situação atinge especialmente as mulheres mais pobres, disse Marta.



Pedro França/Agência Senado

Senado faz hoje homenagem a Eduardo Campos, morto há 1 ano

O Senado realiza hoje, às 9h, sessão especial para reverenciar a memória do ex-governador de Pernambuco e ex-presidente do PSB Eduardo Campos, que morreu há um ano.

Primeiro signatário do requerimento para a solenidade, Roberto Rocha (PSB-MA) afirmou que a sessão homenageará “homens e mulheres que continuam lutando por um Brasil melhor e que levarão adiante o sonho de justiça social e o respeito às instituições democráticas que marcaram a trajetória de Eduardo Campos”.

O senador lembrou que Eduardo Campos morreu precocemente em acidente aéreo em 13 de agosto de 2014. Campos era candidato a presidente da República e havia sido eleito duas vezes governador de Pernambuco. Foi também ministro da Ciência e Tecnologia, deputado federal e deputado estadual.

— Uma liderança política nacional e um gestor de competência reconhecida, tanto no período em que esteve no Ministério da Ciência e Tecnologia, em 2004, como na condição de governador — ressaltou Rocha.



TV Senado

Ex-senador Pedro Simon visitou a TV Senado para agradecer o documentário *Histórias Contadas* — Pedro Simon, sobre a trajetória de 57 anos de vida pública entre mandatos do Executivo e Legislativo.



Ana Volpe/Agência Senado

Escritor Diógenes da Cunha Lima recebeu cumprimento de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), diante de outros senadores, ao lançar o livro *Ronaldo Cunha Lima, um Nordeste de Todo Canto*, na Biblioteca do Senado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CRA Plano ABC**
8h A comissão realiza audiência pública interativa para debater propostas de revisão do Plano ABC — Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.
- CPI DO CARE Contencioso tributário**
9h A CPI do Carf aprecia requerimento. Logo depois, audiência sobre proposta legislativa de alteração do contencioso tributário da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- SESSÃO ESPECIAL Eduardo Campos**
9h Sessão para reverenciar o ex-governador de Pernambuco e ex-presidente do PSB, Eduardo Campos, pela passagem de 1 ano do seu falecimento.

- CMO Lei Orçamentária de 2016**
10h e 14h A comissão discute o PL 1/2015, sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016.
- CRE Embaixador na Bolívia**
10h A comissão avalia Raymundo Santos Rocha Magno para embaixador na Bolívia. Depois, promove audiência com o comandante da Aeronáutica, Nivaldo Luiz Rossato, para discutir projetos das Forças Armadas.
- PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa**
11h30 Renan Calheiros preside sessão.
- PLENÁRIO Sessão extraordinária**
11h30 Na pauta, texto sobre cobrança de ISS no serviço de rastreamento de veículos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Agenda Brasil tem textos prontos para votação

Após reunião com os ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que os primeiros projetos devem ser votados na próxima semana

COM A PRESENÇA de outros 37 senadores, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem em seu gabinete os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa, para debater a chamada Agenda Brasil, que foi ampliada. De acordo com Renan, a votação de projetos relacionados à agenda começa na próxima semana, como o que dá fim à desoneração das folhas de pagamento de vários setores da economia (PLC 57/2015). Essa é a última proposta do ajuste fiscal do governo e a votação abrirá caminho para outros projetos que já tramitam no Senado.

— Tudo que for convergente será pautado, sobretudo o que está pronto para votação. Vamos dar continuidade às conversas, recolher as propostas dos senadores e senadoras, tentar incluir a Câmara dos Deputados — disse Renan.

O senador acredita que, para preservar o interesse nacional, é fundamental que o Legislativo como um todo participe da discussão.

— O principal desafio dessa agenda é reverter a expectativa da redução do grau de investimento — acrescentou Renan, referindo-se às avaliações que as agências de classificação de risco fazem sobre a economia brasileira.

Nos últimos dias, as agências Moody's e Standard &



Além de Renan, 37 senadores participaram da reunião com os ministros, quando novos pontos foram incluídos na agenda

Poor's rebaixaram a nota do Brasil, mas mantiveram o "grau de investimento", espécie de selo de bom pagador.

Levy também se disse satisfeito com a reunião, por entender que a maior parte da agenda tem afinidade com as ideias do governo para enfrentar a crise econômica:

— O presidente Renan consolidou um passo extremamente importante. Acho que é uma agenda que tem grande afinidade com as necessidades do Brasil neste momento e também com a direção que o governo vinha apontando para lidar com a realidade da nossa economia.

O relator do projeto sobre a reoneração da folha é o

líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE). Ele prometeu entregar o parecer até terça-feira, data na qual Renan pretende votar o texto no Plenário.

Segundo Romero Jucá (PMDB-RR), o projeto precisa ser votado o mais rapidamente possível, para que se priorizem outras questões como a garantia da segurança jurídica, a retomada da credibilidade do governo e a melhoria do ambiente econômico. Para o senador, é importante "sinalizar qual é o tamanho da tempestade e quando ela acaba, efetivamente, para que os agentes possam ter confiança, voltar a consumir e voltar a investir".

A finalização da reforma do ICMS e a repatriação de recursos mantidos por brasileiros no exterior e não declarados à Receita também ganharam prioridade, conforme Walter Pinheiro (PT-BA).

— Temos uma agenda da chamada pauta boa, quando muita gente falava em "pauta-bomba" — disse o senador.

Autor do projeto sobre a repatriação (PLS 298/2015), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) espera que a proposta seja votada também na próxima semana. Renan afirmou, porém, que ainda não há consenso sobre o texto.

Para José Serra (PSDB-SP) o debate sobre a agenda foi satisfatório, porém ainda

está no começo. O senador disse que as políticas monetária e cambial do governo estão fazendo o país gastar muito, além de aumentar o desemprego e impedir o crescimento.

Críticas

Senadores oposicionistas saíram da reunião com críticas em relação às propostas da agenda por envolverem temas muito diversos.

— Eu não sei nem se [a agenda discutida] é a proposta do PMDB. Do Senado com certeza não é, até porque nós tivemos uma reunião ontem e há pontos divergentes — disse José Agripino (DEM-RN).

Para o líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), a reunião não trouxe nada de novo.

— Eu poderia garantir que existe muito mais um sentimento de apoio por parte das oposições que mesmo pela base do governo.

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), disse que a oposição vai analisar caso a caso os itens a serem votados.

— Nunca nos recusamos a discutir com o governo as questões que o governo considera relevantes. O contrário não acontece: o governo jamais procurou a oposição para discutir coisa alguma.

Conheça a Agenda Brasil:
<http://bit.ly/agendaampliada>

Eunício Oliveira afirma que "virar página" do ajuste fiscal é prioridade

O líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), disse ontem que uma das prioridades da Casa é encerrar a votação do ajuste fiscal proposto pelo Executivo.

Para isso, os parlamentares precisam votar o último projeto que trata do assunto — o PLC 57/2015, que revê a política de desoneração das folhas de pagamento e aumenta as alíquotas sobre a receita bruta das empresas de 56 setores da economia. A proposta deve ser votada pelo Plenário na próxima semana.

— Está na hora de virar essa página. Vamos aprovar a última matéria do ajuste fiscal e pensar no Brasil do crescimento econômico, e não do arrocho.

O senador, que é relator do projeto, não quis adiantar se fará modificações em relação ao texto que passou pela Câmara:

— Recebi esta missão, que não é fácil. Mas é o último ponto pendente. Estou me

debruçando sobre isso para ver a melhor alternativa — resumiu.

O senador participou ontem da reunião da cúpula do PMDB com o vice-presidente Michel Temer e com o ex-presidente Lula no Palácio do Jaburu, residência oficial da Vice-Presidência da República. Sem dar detalhes sobre o encontro, Eunício disse que Lula tem papel importante para a superação das crises política e econômica por ser um dos "agentes políticos mais importantes do país":

— A conversa com o presidente Lula sempre foi muito fácil, flui com muita facilidade. Até pela relação de amizade que ele mantém com todos nós. É importante a participação dele, que é um dos agentes políticos mais importantes do país. Foi um presidente que saiu aplaudido pela população. Essa não é uma discussão de governo, é uma discussão de agentes que querem que o Brasil volte aos trilhos.

Romero Jucá prega união dos Poderes em prol da economia brasileira

Romero Jucá (PMDB-RR) ressaltou a importância de aprovar a Agenda Brasil, pacote de medidas reunidas pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros, com o objetivo de impulsionar a economia.

Ele defendeu a aprovação rápida do ajuste fiscal proposto pelo governo para que os senadores possam se concentrar na aprovação de medidas que permitam fazer o país retomar o crescimento econômico e garantir estabilidade do emprego, segurança jurídica e maior credibilidade externa e interna para os investimentos.

Para Romero Jucá, é preciso que o país acene aos agentes econômicos com medidas de contenção da crise econômica, de modo a não prejudicar ainda mais a confiança o país. — Nós não faremos a transformação se as duas Casas não trabalharem integradas. O papel é complementar, essa posição é do Congresso.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Para Lídice da Mata, é dever do Congresso buscar soluções para a crise

Ao ressaltar que o brasileiro quer uma solução para a crise, Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou ser dever do Congresso atuar nesse sentido. Em sua avaliação, a garantia dos empregos, a retomada do desenvolvimento e a segurança dos investimentos empresariais não dependem apenas do Poder Executivo, mas também do Senado e da Câmara.

Segundo Lídice da Mata, o Congresso Nacional precisa ter uma postura propositiva, sugerindo e aprovando medidas que possam tirar o país do caminho da recessão e garantir a governabilidade. Ela ressaltou que a situação do Rio Grande do Sul aponta a crise dos estados como uma das prioridades dessa pauta propositiva.

A senadora também se manifestou favoravelmente ao projeto sobre repatriação de dinheiro de brasileiros investido no exterior.



Waldemir Borges/Agência Senado

Raimundo Lira: Senado tem obrigação de ajudar a superar os problemas

Depois de observar que o Brasil vive duas crises conjugadas, Raimundo Lira (PMDB-PB) disse ser uma obrigação intransferível do Senado ajudar o país a superar a crise política para, depois, contribuir para a solução das dificuldades econômicas.

Para isso, ele considera essencial que o Senado exerça o papel constitucional de Casa Revisora. Lira disse que a Constituição exige idade mínima de 35 anos para que alguém chegue ao Senado exatamente porque o senador precisa ter larga experiência.

— O Senado tem o papel histórico de ajudar o Brasil a sair dessa crise política. E em seguida ajudar na pauta econômica para que possamos recuperar, num prazo relativamente curto, o crescimento econômico do nosso país. É bom para o país, é bom para o povo brasileiro. E nós temos essa obrigação.



Jefferson Raully/Agência Senado

TCU dá mais 15 dias para Dilma explicar contas

Relator do processo atendeu pedido do senador Otto Alencar, para quem identificação de novas irregularidades exige mais tempo para que presidente faça esclarecimentos

O RELATOR DO processo no Tribunal de Contas da União (TCU) que analisa as contas do governo federal de 2014, ministro Augusto Nardes, deu ontem mais 15 dias para que a presidente Dilma Rousseff preste outros esclarecimentos sobre os problemas encontrados na prestação de contas.

O novo prazo contará a partir do momento em que a notificação chegar ao Planalto.

O tempo extra é em resposta a um requerimento aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) na terça-feira. O autor do pedido, senador Otto Alencar (PSD-BA), argumentou que há dois novos problemas nas contas: a desconsideração de um pedido de suplementação orçamentária de despesa obrigatória do Ministério do Trabalho, para despesa com seguro-desemprego e abono salarial; e a abertura de um crédito suplementar com efeitos negativos nas metas fiscais.

Otto Alencar disse acreditar que essas novidades no processo podem influenciar o parecer do TCU sobre as contas. Dessa forma, o senador defendeu mais tempo para Dilma se explicar. Justificou o senador:

“Diante das possíveis repercussões que os fatos apontados pelo Ministério Público de Contas poderiam acarretar na elaboração do parecer prévio conclusivo [...], revela-se necessário permitir o contraditório e a ampla defesa para que a chefe do Poder Executivo possa apresentar os esclarecimentos que entender pertinentes sobre os novos fatos.”

O TCU identificou “pedaladas fiscais” na prestação de contas — artifícios contábeis para melhorar os números. Segundo o tribunal, ao adiar repasses para instituições como Banco do Brasil, Caixa e BNDES, o Tesouro obrigou os bancos a usar recursos próprios para honrar despesas da União. Isso é proibido por lei.



O presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Otto Alencar, autor do pedido de prazo maior

Cunha contesta ação que tenta anular votação de contas de ex-presidentes

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, entregou ontem ao ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), as explicações da Casa em relação ao mandado de segurança impetrado pela presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas

(PMDB-ES), contra a votação feita pela Câmara das contas dos ex-presidentes Itamar, Fernando Henrique e Lula.

Segundo Rose, a votação de contas presidenciais pelas duas Casas do Congresso deve ocorrer em sessão conjunta, e não separadamente, como ocorreu na semana passada.

Segundo Cunha, sua contestação ao mandado tem como base quatro linhas: perda do objeto do mandado, pois não há como suspender uma votação que já ocorreu; perda de legitimidade ativa, pois Rose não teria legitimidade no âmbito da CMO para cancelar a votação; perda de

legitimidade passiva, pois foi o Congresso que distribuiu para a Câmara a votação das contas presidenciais; e análise de mérito, mostrando que o pedido de Rose foi irregular.

— Fiz o meu papel de prestar informações — disse o presidente da Câmara.

(Com Agência Câmara)

Pedido de vista adia análise de projeto que cria instituição fiscal independente

Pedido de vista coletiva adiou a votação, ontem, da proposta de emenda à Constituição (PEC 83/2015) que cria uma instituição fiscal independente, organismo destinado a dar maior transparência e confiabilidade aos números das finanças públicas. O adiamento foi encaminhado por Humberto Costa (PT-PE) à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta é de iniciativa do presidente do Senado, Renan Calheiros, e recebeu substitutivo do relator, José Serra (PSDB-SP).

— Este é um projeto importante, mas polêmico. Peço vista coletiva para fazer esse debate, pois tenho dúvidas sobre eventual concorrência com o Tribunal de Contas [da União] — justificou Humberto.

Sobre esse receio, Serra descartou a possibilidade de conflito com o argumento de que, enquanto o TCU e demais órgãos de controle avaliam a regularidade das operações, a instituição terá foco nas análises nos campos macroeconômico, fiscal e orçamentário.

— Não é parte de seu escopo julgar ou punir, mas, sim, fazer projeções, estimar parâmetros e traçar cenários possíveis para variáveis econômico-fiscais — disse Serra sobre a instituição.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) apoiou o projeto.

— É importante e não tem concorrência com o TCU. O TCU é o cozeiro. Estamos tentando encontrar um médico para fazer o diagnóstico antes de a gente morrer.

Benedito de Lira alerta para compromisso com a estabilidade econômica

Benedito de Lira (PP-AL) disse crer que a presidente Dilma Rousseff reconhece a necessidade de buscar soluções para as dificuldades econômicas ao propor medidas de ajuste fiscal e revisão de direitos trabalhistas.

Ele afirmou que o modelo baseado em estímulo ao consumo e desoneração de setores da economia tornou-se insustentável, acrescentando que o crescimento depende do compromisso com a estabilidade fiscal e monetária.

O senador criticou a falta de uma política de inovação tecnológica que aumente a produtividade.

— Temos pela frente um momento delicado, que vai requerer uma engenharia política, social e econômica.



Benedito de Lira/Agência Senado

Valadares defende mudança para sistema parlamentarista de governo

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu que o Congresso debata a reforma do sistema de governo, com a implantação do parlamentarismo.

Ele destacou que, no parlamentarismo, as crises podem ser resolvidas sem colocar em risco as instituições, já que as regras são mais flexíveis para destituição do governo. Lembrou que o país vive uma crise política e fiscal e disse que, se o sistema fosse parlamentarista, o governo já estaria destituído.

— No presidencialismo é diferente. O mandato do presidente é fixo e para destituir um presidente que tenha perdido condições de governar, só pelo processo desgastante, lento, incerto, traumático e desesperador do impeachment.



Antonio Carlos Valadares/Agência Senado

Embaixador quer novo modelo de acordo comercial no Mercosul

As dificuldades para construir um acordo entre o Mercosul e a União Europeia dominaram debate ontem com o embaixador Regis Percy Arslanian na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). Segundo o embaixador, para que haja acordo entre os dois blocos, é preciso que o Mercosul redesenhe seu modelo negociador.

Ele explicou que a liberali-

zação tarifária proposta nas negociações internacionais pelo Mercosul, com o simples acesso a mercado, já é considerada insuficiente para parceiros comerciais relevantes. Os acordos comerciais modernos, ressaltou, exigem também convergências normativas e regulatórias.

Arslanian defendeu o acordo entre os dois blocos e afirmou que as negociações comerciais

são peças fundamentais para a competitividade dos países no mundo atual.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) e o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) não acreditam que o acordo seja lucrativo para o país. Segundo os parlamentares, os europeus querem um acordo apenas de venda, já que não possuem interesse em importar produtos agrícolas brasileiros.



Requião, que preside a Representação Brasileira no Parlasul, e Arslanian ontem

Oposição freia instalação de 2 comissões de MPs

Parlamentares argumentaram que não havia o quórum necessário para o início dos trabalhos. Das 6 comissões mistas previstas, apenas 4 começaram a funcionar ontem

UM QUESTIONAMENTO DE deputados da oposição conseguiu derrubar, por falta de quórum, a instalação de duas das seis comissões mistas de medidas provisórias marcadas para ontem. Com isso, foram instaladas as comissões das MPs 680/2015, 681/2015, 682/2015 e 683/2015, que conseguiram escolher presidente, vice-presidente e relator. As MPs 684/2015 e 685/2015 tiveram as reuniões de instalação adiadas.

Entre as comissões instaladas, está a que analisa a MP que flexibilizou a legislação trabalhista, permitindo redução limitada de salários e jornada nas empresas que aderirem ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE). O objetivo da MP 680/2015 é evitar demissões causadas pela crise econômica.

A discussão entre os parlamentares começou durante

a instalação da MP 682/2015, que mudou a gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural. O deputado Mendonça Filho (DEM-PE) afirmou não haver o quórum de um terço dos membros necessário para

a instalação de cada um dos colegiados. Além disso, acusou o senador José Pimentel (PT-CE) de recolher assinaturas dos integrantes fora da sala de instalação das comissões.

— Não vamos aceitar que

o regimento do Congresso Nacional seja desrespeitado. Não vamos aceitar esse tipo de procedimento — disse.

Tanto Pimentel quanto o deputado Manoel Junior (PMDB-PB) defenderam a legalidade

dos trabalhos e argumentaram que nada foi feito contrário ao regimento.

Após a discussão, as instalações que ainda não haviam sido feitas foram canceladas por falta de quórum.

Os 4 colegiados mistos que iniciaram os trabalhos ontem

680/2015	A MP flexibiliza a legislação trabalhista , ao permitir redução limitada de salários e jornada nas empresas que aderirem ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE). As empresas poderão reduzir em 30% os salários e a jornada de trabalho por tempo determinado, desde que não efetuem demissões no período. O governo federal bancará uma complementação para os trabalhadores.	Presidente: senador Sérgio Petecão (PSD-AC) Vice-presidente: deputado Afonso Florence (PT-BA) Relator: deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) Relator-revisor: senador Paulo Rocha (PT-PA)
681/2015	Aumenta de 30% para 35% o limite do desconto do crédito consignado em folha de pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras. O novo limite é válido para empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aposentados, pensionistas e servidores públicos da União, autarquias e fundações públicas federais.	Presidente: deputado Caio Narciso (PSDB-MG) Vice-presidente: senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) Relator: senador Valdir Raupp (PMDB-RO) Relator-revisor: deputado Vander Loubet (PT-MS)
682/2015	Autoriza a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) a gerir o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). O fundo foi criado para assegurar o equilíbrio das operações de seguro no país e dar cobertura aos riscos de catástrofe em atividades rurais.	Presidente: senador Acir Gurgacz (PDT-RO) Vice-presidente: deputado Manoel Junior (PMDB-PB) Relator: deputado Assis Carvalho (PT-PI) Relator-revisor: senador Telmário Mota (PDT-RR)
683/2015	Institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura (FDRI). A finalidade é reduzir as desigualdades socioeconômicas regionais, custear a execução de projetos de investimento em infraestrutura e promover maior integração entre as diversas regiões do país. A medida também cria um fundo para auxiliar financeiramente os estados e o Distrito Federal durante o período de convergência das alíquotas do ICMS.	Presidente: deputado Laercio Oliveira (SD-SE) Vice-presidente: senador Benedito de Lira (PP-AL) Relator: senador Walter Pinheiro (PT-BA) Relator-revisor: deputado Enio Verri (PT-PR)

Colegiado pode votar reforma política da Câmara na terça

O presidente da Comissão da Reforma Política, Jorge Viana (PT-AC), informou que decidiu remarcar para terça-feira a reunião prevista para ontem por necessidade de mais tempo para exame do PLC 75/2015 antes de colocá-lo em votação. O projeto, vindo da Câmara, traz regras para reforma política, eleitoral e partidária.

— Nós transferimos a reunião para começarmos a deliberar na terça-feira, porque estamos com uma matéria muito densa. Estamos juntando o que a Câmara votou em lei ordinária no PLC 75/2015 com tudo o que o Senado tinha

apreciado e a comissão também tinha apreciado em lei ordinária — esclareceu Viana.

O senador disse que a comissão tem mantido conversações com os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pretende se reunir com os magistrados do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O propósito desses encontros, segundo ele, é garantir segurança jurídica às propostas aprovadas pelos senadores.

— Procuramos os operadores da legislação eleitoral e com isso estamos dando passos bem firmes. Além disso, o relator da comissão, Romero Jucá [PMDB-RR], tem

trabalhado em sintonia com o relator da reforma na Câmara, deputado Rodrigo Maia [DEM-RJ], para que possamos economizar tempo e ganhar objetividade — acrescentou o presidente da Comissão da Reforma Política do Senado.

O colegiado iniciou a análise do PLC 75/2015 na terça, quando o relator, Romero Jucá, apresentou as alterações que fez ao projeto da Câmara. A maior parte delas é para contemplar propostas que já haviam sido aprovadas na própria comissão — algumas delas, inclusive, no Plenário.

De acordo com Jucá, a intenção é agilizar a aprovação



Presidente da comissão, Jorge Viana pediu mais tempo para analisar texto

da proposta no Congresso Nacional para que ela possa ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff até o fim de setembro. Dessa maneira, as

novas regras poderão vigorar para as eleições do ano que vem, respeitando o prazo de um ano de antecedência previsto pela Constituição.

PSOL vai preparar texto alternativo que muda item sobre debates na TV

Parlamentares do PSOL pediram ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e ao relator da Comissão da Reforma Política, senador Romero Jucá (PMDB-RR), mudanças no PLC 75/2015, já aprovado pela Câmara, que altera normas partidárias, eleitorais e políticas. A proposta está em análise na comissão. A intenção do PSOL é tirar do texto trechos sobre debates nas campanhas.

A proposta estabelece que as emissoras de rádio e televisão podem fazer debates nas eleições majoritárias e proporcionais, sendo assegurada a participação de candidatos cujos partidos têm bancada de pelo menos nove deputados federais. Além disso, as regras dos embates devem ser aprovadas por dois terços dos candidatos.

O senador Randolfe Rodri-

gues (PSOL-AP) avalia que, como está, a proposta cassa a voz de representantes de partidos menores, como o próprio PSOL, o PV e o PCdoB, mas que têm tradição política e coerência ideológica. Para ele, pode ser o retorno da Lei Falcão.

— Ao mesmo ponto em que compreendemos e achamos ser preciso organizar o sistema partidário e político brasileiro, com o fim das siglas de aluguel e do vale-tudo, é preciso preservar a renovação da política. O nosso partido representa isso — defendeu Randolfe.

A Lei Falcão foi editada em 1976, durante o governo de Ernesto Geisel, e estabelecia limites para a propaganda eleitoral. Aos candidatos só era permitido mencionar o partido, o currículo e o número de registro.

Renan disse que estabelecer

regras de participação nos debates talvez seja a parte mais difícil da reforma. Ele defendeu o aprofundamento da discussão com troca de informações entre os relatores da reforma no Senado, Jucá, e na Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Jucá sugeriu que a bancada apresente um texto alternativo

à regra em tramitação na Comissão da Reforma Política. Ele lembrou que, como o projeto vai voltar para a Câmara, o melhor é encontrar um consenso. A simples exclusão poderia inviabilizar a aprovação do projeto. Os parlamentares do PSOL concordaram com a ideia e vão preparar um texto alternativo.



Entre deputados do PSOL, o senador Randolfe Rodrigues concede entrevista

Lasier: governo adotou "ciclo de práticas erradas"

Lasier Martins (PDT-RS) lamentou a situação das finanças em vários estados e afirmou que Brasília está se transformando num "planalto de lamúrias".

Ele destacou a crise do Rio Grande do Sul, que não tem recursos para pagar os funcionários, interrompeu os repasses às prefeituras e enfrenta fechamento de hospitais e greve da polícia.

Ele associou o problema à crise econômica, política e moral enfrentada pelo governo federal, o que, para ele, mostra o esgotamento do presidencialismo e o fim de um ciclo de práticas erradas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Proposta, que agora vai para o Plenário, autoriza que emendas parlamentares ao Orçamento direcionem dinheiro diretamente para os fundos dos estados e dos municípios, agilizando o processo

Avança PEC que facilita repasse a estado e município

EMENDAS PARLAMENTARES AO Orçamento da União poderão passar a direcionar recursos diretamente para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A medida está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 61/2015, aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com a proposta, que seguirá para dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado, a emenda parlamentar deverá conter a indicação expressa do ente federado e os recursos serão repassados diretamente aos

cofres do beneficiário, independentemente da celebração de convênio ou instrumento similar.

A emenda constitucional gerada pela aprovação da PEC 61/2015 deverá produzir efeitos a partir da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017.

Ao defender sua aprovação, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), autora da proposta, observou que ela simplifica o processo de alocação de recursos orçamentários federais em favor de estados e municípios, já que os recursos vinculados às emendas individuais seriam repassados diretamente ao ente federado especificado

pelo parlamentar. Assim, os governos estaduais e as prefeituras receberão o dinheiro mais facilmente e o aplicarão naquilo que julgarem mais necessário.

A relatora, senadora Marta Suplicy (sem partido-SP), recomendou a aprovação da PEC 61/2015.

— Há a necessidade de se desburocratizar a transferência de recursos para estados e municípios, gerando economia para a União e maior autonomia para os demais entes federados. Caberá a estes definir como utilizarão os recursos que lhes serão carreados — considerou a senadora.

Projeto integra bicicleta ao transporte coletivo

Para incentivar o uso de bicicletas como meio de transporte nas cidades, a Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem, em decisão final, projeto de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) que prevê a inclusão desse modal nos planos de mobilidade urbana.

A medida é necessária para a institucionalização do transporte cicloviário, permitindo sua integração ao transporte coletivo, segundo

Randolfe. O projeto (PLS 262/2013) estabelece que os municípios deverão prever ciclovias ou ciclofaixas, sinalização adequada aos ciclistas e estacionamentos próprios para bicicletas, entre outras medidas.

Os municípios também serão incentivados a oferecer bicicletas públicas de uso compartilhado, que poderão ser retiradas e devolvidas em pontos localizados nas proxi-

midades de terminais de ônibus e metrô. Essas bicicletas “poderão ser utilizadas por qualquer pessoa, por tempo determinado, gratuitamente ou mediante pagamento módico” e deverão ser incluídas entre as infraestruturas de mobilidade urbana.

Randolfe observa que tem aumentado o uso de bicicletas nas cidades como lazer e como meio de transporte. No entanto, afirma, os centros urbanos não oferecem estruturas adequadas e seguras aos ciclistas. Com o projeto, que altera a Lei de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/2012), ele acredita que mais pessoas optarão pelas bicicletas, o que reduzirá congestionamentos no trânsito e o tempo gasto diariamente por milhões de brasileiros que precisam se deslocar nas cidades.

O projeto teve o apoio do relator na CI, Roberto Rocha (PSB-MA), e dos 15 senadores presentes à reunião. Segue para análise da Câmara se não houver recurso para exame pelo Plenário do Senado.



Proposta visa incluir o transporte cicloviário nos planos de mobilidade urbana

Rastrear carga perigosa pode se tornar obrigatório

O transportador de material radioativo e de cargas perigosas, como combustíveis, pesticidas, tintas e gás de cozinha, entre outras, poderá ser obrigado a manter sistema de rastreamento por satélite nos veículos e embarcações usados no transporte. É o que estabelece projeto (PLS 166/2012) de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) aprovado ontem na Comissão de Infraestrutura (CI).

A senadora argumenta que a obrigação de rastreamento

permanente complementa normas de segurança já adotadas para o transporte de cargas radioativas, explosivas e corrosivas. Ela cita caso ocorrido à época da apresentação do projeto, em maio de 2012, de busca policial por carro que havia sido roubado e que transportava material radioativo. “As buscas consumiram o prazo de dois dias, período no qual poderia ter acontecido acidente de grande monta. Houvesse no veículo

um sistema de rastreamento, a localização teria sido imediata”, argumenta.

Favorável à proposta, o relator, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), concorda que a medida prevista no projeto auxiliará no controle do transporte de cargas que ofereçam risco à saúde e segurança da população. O texto pode seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para votação no Plenário do Senado.



Janot, indicado para segundo mandato como procurador-geral da República

Senado recebe indicação de Janot para Procuradoria-Geral da República

O Senado recebeu ontem a indicação de Rodrigo Janot para um segundo mandato no cargo de Procurador-Geral da República. A mensagem da presidente Dilma Rousseff com a recondução foi lida no Plenário e foi para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou na segunda-feira que trabalhará para haver uma decisão rápida da CCJ sobre a indicação. A comissão precisa sabatinar Janot antes de emitir seu parecer.

—Eu conversarei com os líderes no sentido de que nós possamos apreciá-la no mesmo dia em que Janot for sabatinado — disse Renan.

Caso seja aprovada pela CCJ, a recondução de Janot

precisará receber pelo menos 41 votos favoráveis no Plenário para ser confirmada.

O atual procurador-geral chegou ao cargo em 2013. Além de chefiar o MPU, que abrange os Ministérios Públicos Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios, o procurador-geral também preside o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e deve ser ouvido em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal (STF).

O mandato para o ocupante do cargo é de dois anos, mas a Constituição permite reconduções ilimitadas.

Rodrigo Janot também é um dos responsáveis pela condução da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, que investiga a corrupção na Petrobras.



O senador Garibaldi Alves Filho preside reunião da Comissão de Infraestrutura

Proposta desonera óleo diesel usado no transporte fluvial de cargas

Foi aprovado ontem na Comissão de Infraestrutura (CI) um projeto que isenta de PIS-Pasep e Cofins o óleo diesel usado no transporte fluvial de cargas, inclusive o diesel importado. O autor do projeto (PLS 15/2014), ex-senador Alfredo Nascimento, espera que a eliminação dos tributos reduza o preço de venda dos produtos transportados por barcos, especialmente os consumidos por ribeirinhos, e estimule o consumo interno.

Favorável à proposta, o relator na CI, Wellington Fagundes (PR-MT), lembra que o custo do transporte de mercadorias é repassado integralmente ao preço dos bens consumidos. Em algumas regiões, afirma, mesmo havendo disponibilidade de transporte hidroviário,

o preço final dos bens permanece elevado.

Na discussão do texto, Sandra Braga (PMDB-AM) destacou a importância da desoneração prevista no projeto para o abastecimento da população do Amazonas.

A proposta agora segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na mesma reunião, foi aprovado o plano de trabalho para a avaliação da Política Nacional de Logística e Transportes, apresentado por Wellington Fagundes (PR-MT). Conforme Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), presidente da CI, a política será avaliada como parte das atribuições das comissões do Senado de fiscalização das ações do Poder Executivo.

Indicação para relatoria foi questionada por Lindbergh Farias, que cobrou cumprimento da proporcionalidade, pois o presidente e o relator da comissão integram o mesmo bloco

Ferraço relatará texto sobre Petrobras no pré-sal

O SENADOR RICARDO Ferraço (PMDB-ES) foi designado relator da comissão especial criada para analisar o projeto de José Serra (PSDB-SP) que acaba com a participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal (PLS 131/2015). Blairo Maggi (PR-MT) foi aclamado vice-presidente.

Ferraço foi designado pelo presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), que afirmou confiar na “história, no trabalho, na competência e no alto grau de comprometimento” do relator. Ferraço também é o relator da proposta no Plenário do Senado.

— Essa comissão não tem caráter deliberativo, mas tem o objetivo de atender um conjunto de senadores que desejam aprofundar o seu juízo de valor sobre essa matéria — observou Ferraço.

A proposta chegou a constar da pauta do Plenário com tramitação de urgência, mas não houve acordo para a votação. Por causa das divergências, a comissão especial para debater o projeto foi criada.

Ferraço prometeu a construção de um relatório coletivo com base “no diálogo e no respeito à pluralidade das opiniões”. A partir da avaliação da comissão, os senadores vão incorporar ao projeto mecanismos que possam dinamizar o arranjo do petróleo e do gás do país, “segmento que representa de 11% a 12% do PIB e, portanto, tem impacto na economia”, afirmou o senador.

Ontem foram aprovados

requerimentos do relator para audiências públicas. Serão convidados para discutir o tema, entre outros, o presidente da Petrobras, Aldemir Bendine; a presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard; o presidente do Conselho Nacional de Política Energética, Carlos Eduardo de Souza Braga; o ministro da Educação, Renato Janine; e o coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros, José Maria Rangel.

Também deverão participar do debate os governadores dos estados produtores ou potenciais produtores de petróleo.

Foi aprovado requerimento de Serra para a inclusão do nome de José Goldemberg, professor da USP e membro da Academia Brasileira de Ciências. Serra também considerou importante o convite ao ministro Renato Janine para que ele possa explicar declaração de que o projeto prejudicaria a destinação de royalties para a educação.

— Estou curioso com esse raciocínio absurdo. Tudo o que se fala contra o projeto é imaginação — disse Serra.

Questionamento

A indicação do nome de Ferraço foi questionada por Lindbergh Farias (PT-RJ), que cobrou o cumprimento da proporcionalidade, uma vez que o presidente e o relator da comissão fazem parte do mesmo bloco. Lindbergh se retirou da reunião após não ter sido atendido na sua proposta de apresentar uma lista



Ferraço prometeu relatório coletivo que respeite a pluralidade de opiniões e incorpore mecanismos para dinamizar setor

de nomes da base do governo para a relatoria.

— Não vamos aceitar dessa forma. Vocês vão fazer uma comissão só de um lado. Essa posição aqui é para nos humilhar, é para não ter debate. Vamos nos retirar dessa comissão, talvez montar uma comissão paralela. Se quiserem retomar o diálogo, estamos abertos.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também deixou a reunião por causa da proibição do acesso de representantes dos petroleiros na sala da comissão. Eles foram impedidos de entrar pelo presidente por terem se manifestado com aplausos e vaias na reunião anterior do colegiado.

— Entendo que o momento de crise é para se debater saídas e soluções, e não o debate ideológico ou doutrinário para convencimento de quem quer que seja — disse o presidente da comissão, Otto Alencar.

Lindbergh critica proibição de entrada de petroleiros no Senado

Lindbergh Farias (PT-RJ) cobrou explicações do presidente do Senado, Renan



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Calheiros, quanto à proibição da entrada na Casa de 15 pessoas ligadas à Federação Única dos Petroleiros. Eles tinham obtido autorização da Justiça para acompanhar a comissão criada para discutir regras para a exploração do pré-sal. Para ele, essa é uma das arbitrariedades que envolvem a discussão do projeto. Outra, disse Lindbergh, foi a escolha pelo próprio Renan dos nomes do PT e do PSB que comporiam a comissão, mesmo os partidos já tendo indicado os membros.

Vanessa: exploração não pode ser entregue a grupos estrangeiros

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) citou em discurso os números positivos do balanço da



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Petrobras. Ela opinou que, apesar de a empresa estar no centro das investigações na Operação Lava-Jato, a estatal teve desempenho melhor que o de petrolíferas estrangeiras. Ao sublinhar a importância do pré-sal no custeio da saúde e da educação, ela condenou manobras que, a seu ver, aproveitam a fragilidade política da Petrobras para dar um golpe na empresa e entregar o pré-sal a estrangeiros, num momento em que a cotação do petróleo está em baixa.

Apresentado relatório sobre responsabilidade das estatais

As estatais deverão adotar práticas de governança e controle proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio. Os conselhos de administração serão compostos por pelo menos 20% de membros independentes, assim como os comitês de auditoria, de indicação e de avaliação. Os indicados para o conselho de administração e para diretorias deverão ter experiência mínima de dez anos na área da estatal, atuação mínima de dois anos em cargo de direção de sociedade empresarial de mesmo porte e formação acadêmica compatível com o cargo.

As regras constam do projeto da Lei de Responsabilidade das Estatais, cujo relatório foi apresentado ontem na comissão mista encarregada da elaboração do texto. As normas serão aplicadas a todas as empresas públicas e sociedades de economia mista da União, dos estados e dos municípios. O projeto inclui as estatais que exploram atividade econômica em sentido estrito, as que prestam serviços públicos e as que exploram atividade econômica sujeita a monopólio da União.

Com 94 artigos, o projeto visa estabe-

lecer normas de governança corporativa e regras para compras e licitações que atendam as especificidades de empresas públicas e sociedades de economia mista. O prazo para apresentação de emendas ao relatório encerra-se às 18h de hoje. A comissão mista volta a se reunir quarta-feira para discutir e votar o relatório, do deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA).

O texto prevê ainda que os empregados com mínimo de dez anos na estatal poderão participar de programa interno de formação de líderes. Também contém disposições aplicáveis

somente às estatais que atuam no setor produtivo, visto que as demais empresas são submetidas a regras próprias dos órgãos públicos. O texto determina a revogação de dispositivos de lei que contrariam a proposta apresentada, além de estabelecer prazos para que as estatais se adaptem ao regime jurídico a ser instaurado.

O projeto explicita também as atribuições mínimas de fiscalização e controle a serem exercidas em participações em sociedades empresariais nas quais as sociedades de economia mista e empresas públicas não detenham

o controle acionário. A inexistência atual de regras sobre esses requisitos não apenas gera insegurança jurídica, como tolhe a atuação de órgãos de controle e dificulta que se exija do ente estatal fiscalização e controle proporcionais à participação, explica Arthur Oliveira Maia.

O relatório incorpora propostas que já estavam em análise no Senado, como o substitutivo ao PLS 167/2015, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), que preside a comissão mista; o PLS 343/2015, de Aécio Neves (PSDB-MG); e o anteprojeto apresentado pelos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros, na época do lançamento da comissão.

Inclui também sugestões apresentadas em três audiências públicas da qual participaram representantes da Comissão de Valores Mobiliários, do Tribunal de Contas da União, da BM&F Bovespa, do Banco do Brasil, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, da Associação de Investidores no Mercado de Capitais, da Fundação Falconi e da Confederação Nacional da Indústria, entre outras instituições.



Jereissati, presidente da comissão mista, ouve Arthur Oliveira Maia, relator, apresentar o parecer

Jogos Mundiais Indígenas terão 2 mil atletas

Promoção da cultura dos índios e divulgação do Tocantins como destino turístico foram apontados em debate ontem como alguns dos legados do evento que começa em outubro

OS PRIMEIROS JOGOS Mundiais dos Povos Indígenas serão realizados em Palmas, capital do Tocantins, entre 23 de outubro e 1º de novembro. O impacto e o legado do evento para a cidade e o país foram discutidos ontem em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O secretário extraordinário dos Jogos Indígenas da Prefeitura de Palmas, Hector Franco, apresentou um vídeo com depoimentos e notícias de veículos de comunicação estrangeiros sobre o evento. Em um trecho, correspondentes da agência de notícias Reuters afirmam que os Jogos Mundiais Indígenas serão tratados pela empresa jornalística com a mesma dimensão dada aos Jogos Olímpicos de 2016.

Devem participar da competição cerca de 2 mil atletas indígenas, representantes de mais de 30 países dos cinco continentes. Entre eles, Rússia, China, Japão, Austrália, Noruega, Nova Zelândia, Nigéria e Filipinas, além de nações africanas e das três Américas.

O presidente da CE, Romário (PSB-RR), informou que participará da cerimônia de abertura. O senador afirmou que, durante a carreira de jogador de futebol profissional, percebeu a importância do esporte na congregação das diversas culturas de todo o mundo.

— E que bom que durante todos os dias serão realizados debates, shows e feiras de valorização da cultura dos povos indígenas — disse.

Funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai) e um dos coordenadores dos jogos, Marcos Terena contou que, paralelamente às competições, serão realizadas atividades como debates e articulações de movimentos sociais, uma feira de alimentação indígena, um desfile de moda e uma feira de artesanato. Segundo Terena, artistas como Carlinhos Brown e Mar-



No debate dirigido por Lídice (C), organizadores dos jogos disseram que agência Reuters dará ao evento atenção semelhante à programada para a Rio 2016

gareth Menezes, entre outros, deverão se apresentar. Também confirmaram presença o ex-jogador Cafu, capitão da conquista do pentacampeonato na Copa do Mundo de 2002.

Legado

Donizeti Nogueira (PT-TO) disse não ter dúvidas de que os jogos serão um sucesso e poderão promover Palmas como um destino de qualidade para o turismo de eventos e de aventura. O senador fez questionamentos quanto a outros legados que a realização do evento poderá trazer.

Para Hector Franco, o maior legado dos jogos será intangível, com a “a promoção dos valores e das boas filosofias indígenas não só em nosso país como em todo o mundo”. Ele lembrou que a vila olímpica, após as competições, abrigará uma escola de tempo integral, um centro de eventos e um espaço para a prática de esportes que poderá ser aproveitado tanto por atletas quanto pela população.

Franco também citou entre as contribuições a reforma do Estádio Nilton Santos, que será utilizado para as competições de futebol, e a valorização do entorno da arena e da vila olímpica. Ele disse que essas áreas deverão ser integradas no futuro aos trechos aten-

didados pelo BRT (transporte rápido por ônibus) do município.

A vice-governadora do Tocantins, Cláudia Lelis, afirmou que a parceria do estado com a prefeitura e o governo federal garantirá um padrão de excelência para a organização dos jogos, comparável ao visto na Copa do Mundo.

— Não tenho dúvidas de que [os jogos] serão um sucesso e motivo de orgulho para nós, de Palmas, e para os brasileiros como um todo.

Cláudia identifica no evento uma janela para demonstrar a todo o mundo a possibilidade de integrar as culturas e os modos de vida de povos tradicionais, num processo de colaboração e conhecimento mútuo sem aculturação.

Lídice da Mata (PSB-BA), uma das autoras do requerimento para realizar a audiência pública de ontem, conduziu o debate após a fala inicial de Romário. A senadora garantiu que vai trabalhar para que a Bahia sedie a edição seguinte dos Jogos Nacionais Indígenas.

Ângela Portela (PT-RR) também vê com otimismo os jogos:

— Uma oportunidade única para que os povos indígenas mostrem o valor de suas culturas e para que divulguem também suas reivindicações sociais —

afirmou a senadora.

Telmário Mota (PDT-RR) reclamou de pontos da Agenda Brasil, apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para superar a crise econômica. O senador criticou a proposta de novos marcos regulatórios da mineração, quanto à produção e ao licenciamento em áreas indígenas.

Mandioca

Durante a audiência, Marcos Terena revelou que mantém a reivindicação junto à presidente Dilma Rousseff para que seja nomeado um índio para a presidência da Funai. Ele vê a situação atual do órgão como de “falência, esvaziamento e enfraquecimento político, responsabilidade de gestões passadas”, a despeito de haver funcionários capacitados.

Ele criticou, contudo, quem ironizou a menção que Dilma fez sobre a mandioca durante evento com representantes indígenas.

— A mandioca é a base da nossa alimentação, é o que nos dá a força física, e com ela fazemos ainda pão, farinha, beiju e cachaça — disse Terena.

Segundo ele, a cozinha da vila olímpica contará com o trabalho de diversos indígenas formados e estudantes de nutrição.

País avançou em prol de deficientes, diz assessora americana

Em audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH), a americana Judith Heumann, assessora especial do governo americano, parabenizou o Brasil pela recente aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) e pelos avanços no setor. O debate teve como tema os desafios e as oportunidades para as pessoas com deficiência no Brasil e nos Estados Unidos.

Judith avaliou que, desde a última passagem dela pelo país, houve muita evolução. A assessora comentou que o presidente Barack Obama considera que o avanço dos direitos humanos deve levar em consideração questões sociais, políticas e civis.

O secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antonio José Ferreira, defendeu a regulamentação até 3 de janeiro, prazo para entrada em vigor.



Mara Gabrilli fala na audiência, observada por Judith Heumann e Paulo Paim (C)

— Fazer lei não é tão difícil. O mais difícil é internalizá-la na sociedade, de modo que toda a sociedade compreenda, aceite, ajude para que esses direitos sejam garantidos às pessoas com deficiência — disse Ferreira.

Relatora do estatuto na Câmara, a deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) reivindicou que as cotas em concurso para pessoas com deficiência sejam mantidas. Ela também disse temer mudanças com a atual discussão sobre a terceirização.

De acordo com a deputada, hoje 360 mil pessoas com deficiência estão no mercado de trabalho com carteira assinada, contra apenas 100 mil há 15 anos.

Para Telmário Mota (PDT-RR), mudanças como essa levam anos até serem incorporadas pela sociedade:

— É mais um degrau da escada. Vamos chegar a um ponto em que satisfatoriamente vamos viver de forma mais digna e integrada — disse o senador.

Ana Amélia alerta para efeitos da crise no Rio Grande do Sul

Ana Amélia (PP-RS) alertou para as consequências da crise econômica enfrentada pelo governo do Rio Grande do Sul. Ela avalia que os problemas aumentarão no próximo mês, quando será impossível pagar integralmente os salários do funcionalismo público.

A senadora considera que a situação é grave do ponto de vista federativo.

O corte de despesas com ministérios e cargos comissionados serviria de exemplo de sacrifício por parte do governo, sugeriu.

— Do ponto de vista do exemplo que o governo dá para a sociedade, é muito relevante. É pena que a presidente da República perdeu a hora de fazer isso. Agora, quanto mais se agrava a crise, maiores dificuldades terá o governo de convencer a sociedade — afirmou.

Flexa anuncia Colégio Militar de Belém em 2016

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comunicou que no ano que vem começa a funcionar o Colégio Militar de Belém, que foi criado em maio por uma portaria.

Ele informou que as inscrições para a admissão de alunos começaram na segunda-feira e que a inauguração está prevista para 12 de janeiro de 2016, dia em que Belém completará 400 anos.

Para Flexa, o colégio vai promover uma mudança de patamar no ensino no Pará.

— O colégio militar não só passa informação para os alunos, mas forma o cidadão. Os alunos estão sempre em destaque nos exames do Enem e não será diferente com relação ao colégio militar do Norte — afirmou o senador.

Avança criação de fundo para segurança pública

Proposta, que foi aprovada em comissão e agora vai para o Plenário, prevê que fatia de impostos será destinada a ações de segurança executadas pelos governadores

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a proposta que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, cujo objetivo é aprimorar as atividades de segurança nos estados. A PEC 24/2012 é do senador João Capiberibe (PSB-AP). O texto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, senador Aécio Neves (PSDB-MG), e será submetido ao Plenário.

Os recursos do fundo deverão ser destinados ao aparelhamento, à remuneração, à capacitação e à integração dos órgãos estaduais de segurança pública.

Capiberibe argumentou que o montante destinado ao Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronas-ci) vem sofrendo reduções sucessivas nos últimos dois anos.

O fundo deverá ser composto de uma parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre indústrias produtoras de armamento e material bélico, de uma parcela do Imposto sobre Serviços (ISS) das empresas de segurança privada e de uma parcela do Imposto sobre Operações de Crédito (IOF) de instituições financeiras, além de dotações orçamentárias, doações e outros recursos estabelecidos na lei complementar que terá que ser editada para regulamentar o fundo.

Entre as mudanças sugeridas no substitutivo de Aécio, está a destinação para o fundo de 50% dos valores apurados em leilões judiciais de bens e mercadorias de origem ilícita.

Estatísticas

Outra alteração estabelece que a distribuição do dinheiro seja feita levando-se em conta os indicadores de violência de cada estado, o percentual de alunos matriculados na escola, a remuneração dos policiais e dos bombeiros e o nível de aparelhamento e o quantitativo da força de segurança pública estaduais em relação ao tamanho da respectiva população.

A fiscalização do fundo será da competência do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos órgãos de controle



Capiberibe, o autor da PEC, e Aécio, que redigiu o substitutivo: mais verba para a segurança pública

interno do Poder Executivo.

Foi incorporada ao texto aprovado uma emenda de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que inclui a Polícia Civil entre os órgãos de segurança pública do Distrito Federal e que procura eliminar interferências no funcionamento e no custeio do Fundo Constitucional do Distrito Federal pela criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.

— Os dois fundos não devem ser confundidos. Trata-se de instrumentos diversos. As finalidades de seus recursos são distintas, assim como as razões que as justificam. É importante prevenir-se expressamente essa circunstância, afastando-se qualquer interferência normativa no Fundo Constitucional do Distrito Federal, notadamente no que se refere a eventuais compensações no repasse de valores ou alterações no cálculo de seu montante anual — argumentou Valadares.

O relator rejeitou, entretanto, uma emenda da senadora Simone Tebet (PMDB-MS) que visava eliminar o repasse para o fundo da arrecadação do ISS incidente sobre empresas de segurança privada. Ela ponderou que os municípios não poderiam abrir mão dessa receita. Aécio observou que a discussão sobre a contribuição de cada ente federado para a composição do

fundo deverá ocorrer durante a regulamentação da proposta.

O relator sugeriu que a proposta tramite em conjunto com a PEC 33/2014, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que trata do mesmo tema. Ele também defendeu a aprovação do PLS 698/2011, da sua autoria, que torna obrigatória a transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNS) para os estados.

— No ano passado, só houve a execução de 30% do orçamento do Fundo Nacional de Segurança e de 10% do Fundo Penitenciário. Minha proposta impede o contingenciamento de recursos para esses fundos e prevê sua aplicação por duodécimos, com critérios claros, para não ficarmos ao sabor da decisão do governante — argumentou.

Apesar de concordar com a aprovação da PEC 24, Gleisi Hoffmann (PT-PR) pediu mais tempo para amadurecer a hipótese de tramitação conjunta com a PEC 33:

— Qual é o modelo de política pública que deve ser aplicado na segurança pública? O que falta é definir que tipo de segurança queremos, para depois fazer a repartição de recursos entre os entes federados que atenda esse modelo, como se faz com outras

políticas públicas — disse.

Na comissão, os senadores discutiram a possibilidade de incluir a segurança pública entre as obrigações compartilhadas entre União, estados e municípios, como já acontece com a educação e a saúde.

Atualmente, a União é responsável apenas pelo custeio das Polícias Federal e Rodoviária Federal. Aos estados, cabe manter as polícias civil e militar. Os municípios devem garantir a iluminação pública e, se necessário, criar uma guarda municipal para proteger bens e serviços.

Apoio

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a aplicação de recursos federais na segurança pública tem sido “pífia”. Roberto Rocha (PSB-MA) reagiu ao descompasso no compartilhamento das ações de segurança pública entre União, estados e municípios. Eduardo Amorim (PSC-SE) viu a vinculação obrigatória de receitas como a única forma de os entes federados cumprirem seus compromissos na segurança.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) expressou apoio à iniciativa de Aécio de sugerir, no substitutivo, a aplicação no fundo de 50% dos valores apurados em leilões judiciais de bens e mercadorias de origem ilícita. Para José Agripino (DEM-RN), é correto também carrear tributos de setores conexos, como o de produção de armas e material bélico, para instrumentalizar a segurança pública.

Capiberibe, o autor da PEC original, argumentou, por sua vez, ser necessário primeiro aprovar a PEC 24 para só então delimitar a estruturação do fundo no debate sobre sua regulamentação. Valadares lembrou que a ausência de uma política pública integrada na área de segurança atenta contra o direito de ir e vir do cidadão.

Marta Suplicy (sem partido-SP), apoiada por Antonio Anastasia (PSDB-MG), afirmou:

— Não sei se a quantia a ser obtida vai fazer tanta diferença [na segurança pública], mas é um passo na tentativa de conseguir mais recursos.

Projeto que anistia bombeiros e PMs que participaram de greve segue para Plenário

Bombeiros e policiais militares que participaram de greves por melhores salários e condições de trabalho em diversos estados estão mais perto de receberem anistia para os crimes previstos no Código Penal Militar. Projeto com esse objetivo (PLC 17/2015) foi aprovado ontem pela CCJ e agora vai ao Plenário.

Na versão inicial do texto na Câmara (PL 177/2015), a anistia era concedida apenas aos policiais do Pará, mas emendas aprovadas pelos deputados incluíram bombeiros e PMs do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins e Distrito Federal.

A anistia valerá para os crimes relacionados pelo Código Penal Militar e cometidos entre 13 de janeiro de 2010 — data de publicação de outra lei de anistia (Lei 12.191/2010) — e a data de publicação da futura lei. Entretanto, crimes tipificados no Código Penal não serão anistiados.

O Código Militar proíbe os integrantes das corporações de fazerem movimentos reivindicatórios ou greve, assim como pune insubordinações. A nova anistia beneficia policiais que participaram de manifestações principalmente nos dois últimos anos.

O relator na CCJ, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), apresentou parecer favorável à aprovação da matéria. Para o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), o assunto já é “página virada”.

Passa em comissão proposta sobre norma de investigação de crime praticado por militar

Projeto de lei da Câmara que regulamenta a investigação de crime praticado por policial militar também foi aprovado ontem pela CCJ. De acordo com a proposta, cabe a oficial militar, seja policial militar ou bombeiro, a condução do inquérito e a requisição de perícia, informações, documentos e outros dados necessários à investigação.

Relator do projeto (PLC 108/2014), o senador Blairo Maggi (PR-MT) apresentou parecer favorável ao texto. Ele destacou as garantias dadas pela proposta para o exercício das atribuições do oficial que preside o inquérito policial militar, como a condução da investigação com isenção, imparcialidade, autonomia e independência.

O PLC 108/2014 estabelece ainda que o oficial militar não poderá ser compulsoriamente afastado da investigação que preside, salvo por motivo de interesse público e nas hipóteses previstas em regulamento específico. Ressalva também que o superior hierárquico não poderá tomar para si a investigação em curso, a não ser que haja motivo de interesse público e despacho fundamentado.

Por fim, o texto estende o mesmo tratamento dispensado a delegados, advogados, defensores públicos, juízes e membros do Ministério Público ao oficial da polícia militar que também for bacharel em direito. O PLC 108/2014 segue para votação no Plenário. Se for aprovado sem mudanças, será enviado à sanção presidencial.

Projeto aprovado ontem em comissão contém dispositivos para proteger a saúde dos participantes de estudos e pode acelerar processo de autorização desses procedimentos, que hoje leva de 10 a 15 meses

Proposta agiliza licença para pesquisas clínicas

O BRASIL É um dos países que mais demoram na autorização e condução dos protocolos de pesquisas clínicas. O tempo para a liberação de uma pesquisa no país varia entre 10 e 15 meses, enquanto no restante do mundo o prazo médio é de 3 a 6 meses. Um projeto aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode contribuir para agilizar esse processo.

Apresentado em conjunto por Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Walter Pinheiro (PT-BA), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 200/2015 foi aprovado com cinco emendas do relator, Eduardo Amorim (PSC-SE). O texto segue para as Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Assuntos Sociais (CAS).

Para tornar mais ágeas as liberações das pesquisas, o projeto contém dispositivos que visam proteger a saúde do participante da pesquisa, mediante a garantia de assistência médica com pessoal qualificado durante toda a execução do estudo. Também prevê garantia de acesso ao medicamento experimental pós-estudo, quando ele se mostrar mais benéfico e indispensável para a continuidade do tratamento do participante após o término da pesquisa.

Crerios

O projeto também estabelece a exigência de revisão ética por parte de comitês de ética em pesquisa; liberdade para o participante se retirar a qualquer momento do estudo; condução da pesquisa por equipe cientificamente qualificada e de forma a evitar sofrimento e danos desnecessários; suspensão dos procedimentos quando se evidenciar possibilidade de dano, invalidez ou morte; obrigatoriedade de dar publicidade aos resultados; e teste de novos métodos



Reunida ontem, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou texto do Senado

terapêuticos em comparação com os existentes.

A proposta define ainda, entre outras exigências a serem cumpridas no processo de revisão ética, o prazo de 30 dias para emissão do parecer final e a direção a ser adotada para a conclusão, além de procedimentos especiais para pesquisa clínica de relevância para o atendimento a emergência de saúde pública.

O projeto estabelece condições para a participação de mulheres grávidas e também de criança, adolescente ou pessoa adulta incapaz de expressar a própria vontade, ainda que circunstancialmente.

Indenização ao sujeito da pesquisa por eventuais danos sofridos em decorrência da participação em ensaio clínico é outra das medidas previstas. A proposta estabelece ainda que o promotor e o investigador principal são responsáveis solidários pelos danos causados ao participante em decorrência da participação no estudo, bem como por prover atenção integral à saúde deste.

O projeto detalha as condições que devem reger o termo de consentimento e as informações a serem fornecidas ao participante. A ele serão garantidos o anonimato e o sigilo das informações. É vedada a remuneração ou a concessão de qualquer tipo

de vantagem pela participação em ensaio clínico. Porém, a participação de pessoas saudáveis em pesquisa de fase inicial, quando não houver benefícios terapêuticos diretos a elas, pode ser remunerada.

Comitê de ética

As emendas do relator estabelecem, entre outros pontos, a máxima independência dos comitês de ética, a responsabilidade do investigador em prestar os cuidados médicos aos participantes da pesquisa durante toda a execução e maior proteção em caso de uso de placebo.

O texto também regula a composição dos comitês de ética em pesquisa (CEP) e dos comitês de ética independente (CEI), que devem ser integrados por, no mínimo, cinco membros, sendo ao menos um oriundo de área de interesse de caráter não científico e pelo menos um sem vínculo com a instituição ou centro de estudo.

A utilização de placebo, de acordo com o projeto, só é admitida quando inexistir tratamento convencional para a doença objeto da pesquisa clínica ou em casos excepcionais, para atender exigência metodológica justificada, desde que não implique riscos adicionais de dano grave ou irreversível para o participante.

Texto determina sustentabilidade na construção de prédios da União

O uso de telhados verdes e de sistemas de aproveitamento da água da chuva e de energia solar, entre outras práticas sustentáveis, deve estar prevista na construção de prédios da União, determina o Projeto de Lei do Senado (PLS) 252/2014, aprovado ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI).

O texto, aprovado na forma de um substitutivo do relator, Hélio José (PSD-DF), prevê ainda campanhas educativas e concessão de incentivos fiscais para estimular a população a adotar práticas de construção sustentável.

O senador considera a proposta importante para a construção de uma nova política urbana, que siga princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Constituição e em tratados internacionais

subscritos pelo Brasil. A construção sustentável, afirmou, é tendência em diversos países.

— O Parlamento francês aprovou lei que obriga a implementação de coberturas verdes nas novas construções em áreas comerciais — disse.

O projeto foi apresentado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) a partir de sugestão de Ana Luiza Cabral Laet, Andrisley Kelly Pereira da Silva, Daniele Verza Marcon e Verônica Vicente Monteiro, que participaram do Programa Senado Jovem Brasileiro em 2013.

O substitutivo prevê que os incentivos sejam incluídos no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), e não em lei específica, como estabelecia o texto original. O projeto vai agora à análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Crise no Departamento de Produção Mineral será debatida

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem requerimento de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para audiências públicas sobre problemas enfrentados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O senador ressaltou a importância da exploração de rochas ornamentais para a economia do Espírito Santo e a contribuição do setor de mineração na geração de empregos e de riquezas.

— É um setor que tem contribuído de maneira es-

tratégica com nosso país. Em 2013, foram produzidos aproximadamente 400 milhões de toneladas de minérios, colocando nosso país entre os três maiores na produção mineral — frisou.

De acordo com Ferraço, o DNPM enfrenta “uma crise sem precedentes”, que pode comprometer a exploração do grande potencial mineral do país. Entre as causas dos problemas, o parlamentar aponta a burocracia excessiva, carência de pessoal e falta de recursos.

Comissão cria grupo para propor políticas para energia alternativa

Por sugestão de Walter Pinheiro (PT-BA), o presidente da Comissão de Infraestrutura (CI), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), criou um grupo de trabalho para analisar propostas legislativas sobre energias alternativas. O objetivo é fornecer subsídios para propor uma política de incentivo ao uso de fontes renováveis de energia.

— A comissão pode ajudar na consagração do arcabouço legislativo para essa área de [energia] eólica e fotovoltaica, de maneira que a gente possa dar uma contribuição — afirmou Pinheiro.

Ele coordenará o grupo, formado por Fernando Bezerra (PSB-PE), Hélio José (PSD-DF) e Wilder Moraes (DEM-GO).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Regra sobre transgênico é rejeitada em debate

Para todos os debatedores que participaram de audiência ontem, proposta que acaba com a obrigação de identificar transgênicos prejudica informação ao consumidor

O PROJETO QUE modifica as normas atuais para identificação de produtos transgênicos reduz o grau de informação ao consumidor. A opinião foi unânime entre os debatedores que participaram ontem de audiência pública para discutir a proposta, em análise no Senado, que altera a Lei de Biossegurança.

Atualmente, produtos com qualquer percentual de substância transgênica devem trazer a informação sobre a existência de transgênicos na composição. Pelo projeto (PLC 34/2015), o alerta será obrigatório apenas quando a substância superar 1% da composição do produto final. Além disso, o símbolo de identificação — letra T em um triângulo amarelo — poderá ser substituído pela frase “Contém transgênico”.

No primeiro debate, na terça, as controvérsias foram acentuadas, evidenciando a falta de consenso sobre a proposta. As audiências foram promovidas pelas Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Para o procurador da República Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, o projeto viola o direito à informação, uma das garantias fundamentais da Constituição.

— O consumidor precisa de informação para orientar o consumo, um ato fundamental de cidadania, para que possa ter livre arbítrio de agir de acordo com uma lógica de responsabilidade socioambiental, por meio de um ato de consumo consciente — ressaltou.

Segundo Ana Paula Bortoletto, pesquisadora em alimentos do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), o projeto representa um retrocesso para a garantia dos direitos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e está na contramão das tendências regulatórias mundiais na área



Cristovam (C) preside segunda audiência sobre projeto que muda rotulagem de produtos transgênicos

de alimentos, com ampla proteção ao direito à informação.

— Nenhuma medida deve ser criada para restringir esse direito, à luz do código — afirmou Ana Paula.

Ao restringir a informação, o projeto limita a liberdade de escolha do consumidor e também a concorrência entre os fornecedores que usam transgênicos e os que não usam.

O superintendente de Correlatos e Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), João Tavares Neto, admitiu que o projeto dificultará a identificação de transgênicos nos alimentos processados. Isso porque as análises deixam de considerar a rastreabilidade de organismos modificados (OGMs) nas matérias-primas, de verificação mais fácil, para se limitar a exames analíticos de ingredientes processados e no produto final.

— Desconhecemos os dados técnicos para fundamentar a alteração, entretanto, ressaltamos que os alimentos podem ser constituídos por vários ingredientes e a avaliação apenas

do produto final poderia mascarar a presença de ingrediente OGM.

Na terça, críticos do projeto já haviam registrado que o processo industrial quebra as moléculas do alimento, tornando inúteis análises laboratoriais para identificar transgênicos.

Custos

Para Tavares Neto, a proposta deve elevar os custos da cadeia produtiva. Segundo ele, será necessário analisar amostra de todos os lotes de alimentos para consumo humano e animal. Para um lote com 10 mil unidades, por exemplo, um plano de amostragem de rigor normal exige a análise de 75 unidades, que não poderão ser aproveitadas para alimentação.

O advogado André Dallagnol, da Organização Terra de Direitos, que apoia os produtores da agricultura familiar, disse que a proposta pode produzir um resultado anormal: permitir que alimentos produzidos com matéria-prima transgênica possam ser rotulados e vendidos no mercado

como livres de transgênicos.

Ele também rebateu a posição de defensores do projeto de que o símbolo de identificação “criminalizaria” os produtos transgênicos, que passam por testes de segurança e são liberados ao consumo por agência do governo. Para ele, o símbolo é de fácil entendimento e já foi assimilado por 6% da população.

— E didático para crianças e até para pessoas não alfabetizadas — afirmou.

O professor da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Kageyama contestou o argumento de que os transgênicos são seguros para o consumo, citando pesquisas com ratos que associam alimentos desse tipo a cânceres.

Para Kageyama, a questão dos OGMs está diretamente associada aos agrotóxicos, pois variedades transgênicas são mais resistentes aos defensivos. Se as plantas resistem e ficam livres de pragas, afirmou, acabam absorvendo os defensivos e transferindo resíduos tóxicos para os consumidores.

— Por isso, afirmo que a população tem o direito de saber o que está comendo — afirmou o professor.

Para Cássio Trovatto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o debate deve incluir a produção agrícola associada ao desenvolvimento local, com garantia de produção de alimentos saudáveis. Segundo ele, esse papel cabe à agricultura familiar, que já responderia por mais 70% da produção de alimentos do país.

Cristovam Buarque (PDT-DF) informou que enquête sobre o projeto feita durante a audiência mostrou que a maioria das pessoas defenderam a manutenção do símbolo que indica produto transgênico. Hélio José (PSD-DF) criticou a retirada do selo e Lasier Martins (PDT-RS) defendeu que a informação seja garantida, mesmo que por outro símbolo.

Raupp critica taxas de juros altas e diz que custo é “insuportável”

Valdir Raupp (PMDB-RO) criticou as elevadas taxas de juros, advertindo que o custo é insuportável para empresas, além de reduzir a atividade econômica, acirrar as desigualdades e elevar a dívida pública.

Ao afirmar que o Brasil precisa de “um novo José Alencar”, citou as declarações do vice-presidente da República contra os juros altos. O senador disse que as medidas de aperto fiscal serão inúteis enquanto a política de juros estiver em vigor e associou os lucros dos bancos à elevação dos juros.

— Vivemos um período de aparente contradição. De um lado, temos previsão de queda da economia, aumento da inflação e desemprego; de outro lado, temos as instituições financeiras alcançando lucros recordes.



Gerardo Magela/Agência Senado

Para Eduardo Amorim, finanças do estado de Sergipe “estão na UTI”

Eduardo Amorim (PSC-SE) afirmou que, dos 23 estados que entregaram ao Tesouro Nacional relatório de gestão do primeiro quadrimestre do ano, 19 estão com as despesas com pagamento de pessoal no limite do risco fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele frisou que a situação de Sergipe é mais grave. Segundo o senador, as finanças do estado “estão na UTI”.

Amorim informou que o governo de Sergipe quer pegar emprestado quase R\$ 1 bilhão de depósitos judiciais, sem ter como garantir que o dinheiro será devolvido, o que, para ele, seria apropriação indébita.

— Com certeza, o Judiciário e o Legislativo do meu estado não permitirão, se unirão e defenderão os interesses legítimos da nossa gente.



Gerardo Magela/Agência Senado

Ana Amélia lamenta bloqueio de contas do Rio Grande do Sul

O governo do Rio Grande do Sul priorizou o pagamento da segunda metade dos salários dos servidores e não quitou dívida com a União, o que forçou o governo federal a bloquear contas gaúchas usadas para receber repasses federais, explicou Ana Amélia (PP-RS).

Ela cobrou do Executivo mais solidariedade e lembrou que a União desrespeita a lei ao não compensar as perdas dos estados com a desoneração de ICMS nas exportações, prevista na Lei Kandir.

A senadora defendeu que o Congresso não vote projetos que criem mais despesas para os estados e municípios:

— É evidente que a superação da crise econômica, financeira e política passará por reorganização política e ação comprometida e continuada.



Gerardo Magela/Agência Senado

Paulo Paim reclama do excesso de vetos e medidas provisórias

Paulo Paim (PT-RS) criticou o grande número de medidas provisórias e de vetos enviados ao Congresso pela presidente Dilma Rousseff, lembrando que já chegaram este ano 30 vetos e 20 MPs.

A seu ver, parte das medidas encaminhadas é desnecessária. Ele citou a MP 676/2015, que altera as regras para a aposentadoria, explicando que o Congresso havia votado regra semelhante à prevista na MP, com a fórmula 85/95, que foi vetada pela presidente.

O senador afirmou que o excesso de vetos na pauta acaba atrasando a votação de medidas importantes.

— São 28 anos de Congresso Nacional. Nunca vi um momento com essa morosidade, tanto do Executivo como do Legislativo. Por isso, o apelo que eu faço aqui: vamos votar. Não há acordo, não há entendimento? Vamos votar.

Saída de Dilma faria o Brasil voltar a crescer, diz Ataídes Oliveira

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) pediu a saída da presidente Dilma Rousseff do governo. Para o senador, essa seria a única maneira de garantir a volta do crescimento, pois o Brasil, disse, está desgovernado.

Ataídes se disse preocupado com o aumento do desemprego e acusou o governo de “enganar o povo” ao divulgar taxas de desemprego menores do que as reais. Segundo afirmou, a metodologia para cálculo do desemprego no país é equivocada. Além disso, ressaltou, o governo não tem mais condições de fazer o Brasil retomar o crescimento.

— Um governo que perdeu a credibilidade e a confiabilidade não tem condições de continuar comandando uma nação. A saída para o país é a saída do PT do governo.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Em audiência, especialistas defenderam a adoção de uma bioprótese que beneficiaria pacientes com estenose aórtica, especialmente idosos. Para governo, custo é alto demais

Médico quer terapia cardíaca alternativa no SUS

OS PARTICIPANTES DA audiência feita ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pediram que o Sistema Único de Saúde (SUS) e os planos de saúde adotem um procedimento médico que beneficiaria parte dos 200 mil idosos que sofrem de estenose aórtica. Trata-se do mau funcionamento da válvula aórtica, uma das quatro válvulas do coração.

Eles defenderam a adoção da bioprótese valvar aórtica (Tavi), implantada por cateter. Esse recurso é o único remédio para os 30% dos pacientes com estenose aórtica que não respondem aos medicamentos nem podem se submeter à cirurgia padrão, que exige a abertura do peito.

Hospitais brasileiros já implantam a bioprótese, porém apenas em cirurgias particulares e pesquisas científicas.

Para Marcelo Queiroga, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista, “todos os brasileiros precisam ter acesso a uma terapia que comprovadamente reduz a mortalidade”.

Entretanto, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) rejeitou a inclusão do procedimento na rede pública por entender que não salva tantas vidas, aumenta a ocorrência de acidente vascular cerebral (AVC) e é extremamente caro.



Edison Lobão (C) conduz a audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais: em pauta, pacientes cardíacos idosos

Segundo relatório da Conitec, o SUS teria de atender 12 mil pacientes por ano, ao custo de R\$ 1 bilhão.

Ministério

Os números e as justificativas da Conitec foram contestados pelos participantes do debate.

Ana Amélia (PP-RS), que propôs a audiência, e Humberto Costa (PT-PE) disseram ser importante ouvir o Ministério da Saúde e a Conitec sobre as razões do veto — não havia nenhum representante do governo na audiência.

Ana Amélia pretende, após ouvir o ministério, redigir um projeto de lei que garanta o procedimento ao público idoso.

Segundo Queiroga, os técnicos da Conitec disseram que o implante da bioprótese provoca uma mortalidade alta — de 5% após 30 dias, ante 2,8% da terapia padrão.

— Mesmo que o Tavi tivesse uma mortalidade muito maior, seria compreensível, porque os pacientes foram submetidos a

um tratamento, e os do braço conservador só foram submetidos à terapia médica com diuréticos, que não tem o poder de colocar em risco a vida das pessoas — rebateu.

Ele mencionou dados do DataSUS mostrando que na cirurgia para implante valvar realizada pelo Instituto Nacional de Cardiologia, a mortalidade é de 11%, o dobro da verificada no estudo Partner, rejeitado pelo Conitec. Com pacientes acima de 65 anos, acrescentou Queiroga, a mortalidade chega a 25%, cinco vezes maior do que a questionada.

O médico questionou o número de procedimentos anuais estimado pela Conitec para o Brasil, 12 mil, o mesmo realizado nos Estados Unidos, cuja população é maior e mais idosa que a brasileira.

De acordo com Denizar Viana, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o tratamento com a prótese custa R\$ 90 mil, enquanto o tradicional custa R\$ 10 mil.

A diferença substancial entre um tratamento e outro está na sobrevida, maior com a prótese.

Vianna chamou a atenção para a redução do preço da prótese no futuro. Estima-se que poderia cair para R\$ 65 mil.

O professor sugeriu que se estabeleça um limite de “custo de efetividade incremental” para que o Conitec incorpore procedimentos ao SUS, de modo a evitar decisões discricionárias com base no custo. Ele deu como exemplo o Reino Unido, onde há o limite de 20 mil libras esterlinas (cerca de R\$ 110 mil) para cada ano de vida ganho pelo paciente.

Financiamento

Para Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), é preciso colocar “luz nesse debate”, especialmente num momento em que a Agenda Brasil, proposta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, menciona a possibilidade de a população financiar o sistema público de saúde de acordo com a faixa

de renda, o que poderia ferir a “universalidade do sistema”.

— O debate não será fácil, teremos uma discussão acalorada, inclusive sobre constitucionalidade — disse o senador.

O chefe da Cardiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (SP), José Antônio Marin-Neto, explicou como é feito o Tavi. Por meio de uma punção numa artéria da perna, um cateter chega ao coração e a válvula aórtica defeituosa é substituída pela bioprótese. Em três dias, o paciente é liberado e “muda radicalmente sua qualidade de vida”.

Números do Registro Brasileiro de Implante por Cateter de Bioprótese Valvar Aórtica indicam que, dos 819 pacientes acompanhados, 9% morreram em até 30 dias após a cirurgia, 21% ao longo de um ano e 30% depois de dois anos.

De acordo com Fábio Sândoli, coordenador do registro, os números são altos, mas ainda assim inferiores ao que se espera se os pacientes não tivessem sido tratados. Grande parte deles já tem a saúde fragilizada e doenças associadas, como diabetes, insuficiência renal e doença arterial coronariana com cirurgia prévia.

Três próteses são utilizadas, uma delas brasileira. A equipe que criou a prótese brasileira estava na plateia e foi homenageada pelos senadores.

Fornecedor de prótese será obrigado a oferecer documentos

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei da Câmara (PLC 93/2013) que obriga os fornecedores de órteses e próteses, assim como de todo material implantável de uso médico, a oferecer documentos relativos aos materiais. A proposta foi relatada por Roberto Rocha (PSB-MA) e segue para

a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLC 93/2013 determina que o documento de identificação desses artigos seja emitido pelo importador ou fabricante nacional e pelos serviços de saúde e entregue ao paciente-usuário em todo o país. O registro deverá conter especificações técnicas do produto e número de série e do lote do fabricante.

Quanto ao procedimento envolvendo órteses ou próteses, os serviços de saúde deverão ficar obrigados a disponibilizar laudo com nome do paciente; número do prontuário; data da cirurgia; nome e assinatura do cirurgião; nome do produto; número de série e do lote do produto; e nome do fabricante.

As próteses são aparelhos que subs-

tituem membros ou órgãos do corpo, como marca-passo, aparelho auditivo, prótese articular e dentária. Órteses são aparelhos ou peças que corrigem ou complementam a função de membros ou órgãos, como tala, palmilha ortopédica, joelheira e munhequeira.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que a questão precisa de critérios claros.

“Cobrar por atendimento do SUS é inadmissível”, diz Otto

Otto Alencar (PSD-BA) criticou ontem a proposta de cobrar o atendimento prestado pelo SUS a pacientes com renda alta. A medida consta da Agenda Brasil, apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, aos ministros Joaquim Levy, da Fazenda, e Nelson Barbosa, do Planejamento.

O senador afirmou que cobrar atendimento a pacientes do SUS é “inconstitucional e inadmissível”. Otto pediu a substituição da proposta na agenda por projetos de lei de autoria dele que ampliam a fonte de recursos de financiamento do serviço público de saúde para melhorar o atendimento à população.

O PLS 52/2015 aumenta de 45% para 65% o repasse para o SUS do valor arrecadado pelas seguradoras com o seguro obrigatório de veículos, o DPVAT. Já o PLS 147/2015 destina parte dos impostos incidentes sobre a comercialização de cigarros ao Fundo Nacional de Saúde, a ser usado por estados e municípios.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Hélio José anuncia audiência sobre situação da saúde no DF

Hélio José (PSD-DF) informou que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai fazer audiência para discutir a saúde pública no Distrito Federal. Explicou que o governo do DF prorrogou até janeiro de 2016 o estado de emergência na saúde. A medida havia sido tomada no início do ano para dar mais agilidade às decisões na área. Segundo ele, os problemas são muitos: falta de remédios e de pessoal, ameaça de suspensão dos salários, falta de leitos e degradação de hospitais e postos de saúde.

Na terça-feira, o senador anunciou na tribuna a apresentação de projeto de lei com objetivo de criar a Agência Brasileira de Negócios, a Invest Brasil. A nova agência de fomento teria a missão de trabalhar pela internacionalização de empresas brasileiras. Para isso, buscaria articular-se com órgãos públicos e entidades privadas para orientar e fomentar diretrizes estratégicas de atração e internacionalização.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Caiado condena cadastro de especialistas na área médica

Ronaldo Caiado (DEM-GO) quer sustar o decreto do governo que cria o Cadastro Nacional de Especialistas, que permite que, a critério do Ministério da Saúde, os profissionais que cursarem mestrado, doutorado ou qualquer outro curso de pós-graduação, mesmo sem prática, sejam equiparados aos médicos especialistas que concluíram residência.

O senador, que é médico, informou que a formação dos residentes exige mais de 8 mil horas de aulas, sendo 90% de prática, enquanto, pelo decreto, uma mera especialização, com 360 horas, pode alçar um médico à condição de especialista. Para Caiado, o decreto do governo desmotiva os jovens a se especializarem, revela a interferência no setor e a falta de compromisso em melhorar o atendimento à saúde.

— Eu desafio o governo a aprovar a carreira de Estado para médico. Aí sim vai se levar médico para o interior.



Waldemir Barreto/Agência Senado